

ALVES; Rhebecca Rasec da Costa¹

RESUMO

O presente trabalho procurou, *a priori*, compreender o processo de construção social da noção de crise climática que se iniciou na segunda metade do século XX e culminou na legitimação da mudança climática antropogênica como fato aceito no campo político internacional. Depois, foram analisadas as práticas no campo da produção de conhecimento sobre o clima e suas diferentes implicações políticas, socioambientais e culturais a partir do estudo de caso do Brasil a nível de políticas subnacionais, nacionais e internacionais na temática. As metodologias utilizadas foram análise de discurso aliada à revisão bibliográfica sobre a temática do clima. Realizou-se, ainda, o monitoramento de atividades dos atores vinculadas às políticas e discursos sobre a temática através de publicações e webinários e palestras - com destaque ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável e Ministérios brasileiros - da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; das Minas e Energia; e Meio Ambiente, respectivamente. Também buscou-se acompanhar as críticas de organizações, nacionais e internacionais a tais políticas. Além disso, adotou-se uma perspectiva construtivista que nos permitiu compreender de que maneira as instituições, agentes, discursos e práticas envolvidas na elaboração e implementação de políticas de combate às mudanças climáticas despolitizam a problemática e se apropriam das críticas, promovendo a ampliação de mecanismos de mercado com instrumentos de compensação como Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) e Soluções Baseadas na Natureza (SBN). Outrossim, incluiu-se mais autoras da ecologia política latinoamericana feminista ao nosso arcabouço teórico, partindo de uma perspectiva transversal de gênero a fim de analisar as diferentes implicações dessas práticas sobre as mulheres e seus territórios. Como resultados preliminares, é possível dizer que o processo de ambientalização do Estado brasileiro se dá por meio de uma narrativa hegemônica neoliberal e pretensiosamente científica que identifica as soluções de mercado como única saída para a crise climática vigente e exerce pressão sobre o governo federal em torno da temática. Nesse sentido, há grande relevância internacional da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática no que toca a difusão de políticas ambientais através da construção de noções, concepções e conceitos sobre o debate de clima e sustentabilidade. O setor empresarial seria o responsável pela incorporação das soluções e mecanismos propostos no âmbito transnacional, que são acompanhadas de elementos mercadológicos e financeiros. No âmbito nacional, empresas extrativistas adotam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas por meio de mecanismos compensatórios para continuar com suas atividades. Cabe ressaltar também uma série de denúncias quanto aos impactos causados por essas políticas, dentre eles, os conflitos e a expropriação nos territórios onde esses projetos são implementados. Por fim, observou-se um grande fortalecimento do debate sobre SBN em todo o mundo durante o período pandêmico no qual o argumento principal se pauta nas possibilidades de crescimento econômico através deles. O Brasil é um país de grande interesse para implementação destes mercados de compensação o que pode implicar numa maior flexibilização da legislação nacional em vista da financeirização da natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Mudanças Climáticas, Soluções Baseadas na Natureza, Financeirização,

¹ UFRRJ, rhebeccarasec@gmail.com

